



Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
RIO VERDE - 4ª Vara Criminal (crimes dolosos contra a vida e Presidência do Tribunal do Júri)
e-mail: comarcaderioverde@tjgo.jus.br | telefone: (64) 3611-8792



Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Medidas Cautelares -> Pedido de Prisão -> Pedido de Prisão Temporária
RIO VERDE - 4ª VARA CRIMINAL
Usuário: ADELSON CANDEO JUNIOR - Data: 19/12/2024 20:12:38

MANDADO DE PRISÃO

TEMPORÁRIA

Nº do Mandado: 6132438-96.2024.8.09.0137.01.0001-08

Data de validade: 02/10/2044

Nome da Pessoa: **SHARLINTON SILVA MORAIS**

CPF: **033.533.741-40**



Nome Social: Não Informado

RJ: 246029522-80

Alcunha: Não Informado

Data de Nascimento: 27/06/1989

Sexo: Masculino

Cor: Não Informada

RG: Não Informado

Filiação: LUCILEIDE DA SILVA NAZARETH MORAIS(mãe) e NÃO INFORMADO(pai)

Marcas e sinais:

Identificação biométrica:

Biometria não coletada

Endereços

Não Informado

Informações Processuais:

Nº do processo: 6132438-96.2024.8.09.0137

Órgão Judicial: RIO VERDE - 4ª Vara Criminal (crimes dolosos contra a vida e Presidência do Tribunal do Júri) - TJGO

Espécie de prisão: Temporária

Tipificação Penal:

Lei: 2848

Artigo: 121

Parágrafo: 2

Prazo da Prisão: 30

Teor do Documento:

O(a) Magistrado(a) subscritor do presente Mandado de Prisão determina ao oficial de justiça da sua jurisdição ou a qualquer Autoridade Policial competente e seus agentes, a quem este for apresentado ou dele tomar conhecimento, que PRENDA e RECOLHA, em alguma unidade prisional, à ordem e à disposição do juízo expedidor, a pessoa acima indicada e qualificada.

Síntese da decisão:

"(...)Ante o exposto, havendo provas da materialidade do crime, presentes os indícios suficientes de autoria e preenchidos os requisitos do artigo 1º, incisos I e III, alínea 'a', da Lei nº.7.960/89, acolho a representação da autoridade policial e DECRETO a PRISÃO TEMPORÁRIA de SHARLINTON SILVA MORAIS, já devidamente qualificado nos autos, pelo prazo de 30(trinta) dias, suficientes para a apuração dos fatos. Expeça-se o competente MANDADO DE PRISÃO TEMPORÁRIA. Saliento que o prazo de validade da ordem prisional vigorará até 02/10/2044. Determino o registro do mandado de prisão junto ao Banco Nacional de Mandados de Prisão do CNJ - Conselho Nacional de Justiça, de forma sigilosa, considerando o mandamento insculpido no artigo 289-A do Código Processual Penal.(...)"

Advertências e Determinações após o cumprimento do mandado

Decorrido o prazo contido neste Mandado, a autoridade responsável pela custódia deverá, independentemente de alvará de soltura, colocar o preso em liberdade, salvo se houver outra ordem de prisão em desfavor do interno ou comunicação de prorrogação da temporária, ocasião em a liberação



Documento assinado digitalmente pelo Magistrado CLAUDIO ROBERTO COSTA DOS SANTOS SILVA em 19/12/2024 16:12:56
Para confirmar a autenticidade acesse o QR Code ao lado ou o portal BNMP: <https://portalbnmp.cnj.jus.br>
Documento gerado em: 19/12/2024 16:18:18



Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 19/12/2024 16:20:00

Assinado por SYNARA COUTO TEIXEIRA SARAIVA

Localizar pelo código: 109987625432563873764920088, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/p>



Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
RIO VERDE - 4ª Vara Criminal (crimes dolosos contra a vida e
Presidência do Tribunal do Júri)
e-mail: comarcaderioverde@tjgo.jus.br | telefone: (64) 3611-
8792



Valor: R\$
PROCESSO CRIMINAL -> Medidas Cautelares -> Pedido de Prisão -> Pedido de Prisão Temporária
RIO VERDE - 4ª VARA CRIMINAL
Usuário: ADELSON CANDEO JUNIOR - Data: 19/12/2024 20:12:38

deverá ocorrer após o decurso do novo prazo. **A soltura deverá ser precedida de pesquisa no Portal BNMP de outras ordens de prisão cumpridas e impeditivas da liberdade.**

Após as formalidades de registro da prisão, a autoridade policial deverá comunicar o cumprimento do mandado, imediatamente, à autoridade judicial que determinou a expedição desta ordem e, nos casos em que forem cumpridos fora da jurisdição do juiz processante, também à autoridade judicial local competente, conforme lei de organização judiciária, para fins de audiência de custódia.

Observação:

Rio Verde, 19 de Dezembro de 2024.



Documento assinado digitalmente pelo Magistrado CLAUDIO ROBERTO COSTA DOS SANTOS SILVA em 19/12/2024 16:12:56
Para confirmar a autenticidade acesse o QR Code ao lado ou o portal BNMP: <https://portalbnmp.cnj.jus.br>
Documento gerado em: 19/12/2024 16:18:18

